

Editorial

Significativamente, a maior parte dos artigos apresentados nesta publicação retoma como objecto central de discussão uma referência fundamental da revista – desde logo enunciada no seu próprio título – e que, precisamente, tem a ver com a *cidade*. Constituem, naturalmente, abordagens bem distintas entre si, muito embora em dois dos casos a temática de reflexão seja basicamente similar. De resto, nunca é demais reafirmar a centralidade daquela referência, no momento presente, tal como em épocas passadas. Já vai longe, portanto, o infundado presságio do “fim das cidades”, quando se concluía, bastante apressadamente, que a própria expansão das cidades para espaços exteriores era um sinal eloquente da “fuga da cidade”! Que a cidade, particularmente a europeia, já não se confina às suas muralhas primitivas é algo que sabemos há muito, pelo menos desde o Renascimento... , exactamente porque sabemos também que ela tem acompanhado, ou tem sido a origem, de processos de expansão, de inovação e de mudança extremamente profundos, desde aquela urbe original.

A este nível, portanto, os dois primeiros artigos aqui publicados constituem, cada um deles com perspectivas bem diferenciadas entre si, abordagens emblemáticas sobre aquela centralidade das cidades. Curioso que enquanto no primeiro caso a abordagem privilegiada é oriunda, em grande medida, de um urbanista, com um largo e diversificado *curriculum* nessa área disciplinar, mas também no planeamento, o segundo artigo é de um sociólogo, que tem desenvolvido a sua já longa carreira de investigador em torno da problemática da sociologia da “vida quotidiana”, na generalidade reportada à vida urbana, isto é, abrindo-se ao quotidiano das e nas cidades. Em todo o caso e esquematizando bastante, poder-se-ia dizer que, enquanto o primeiro autor parte de uma visão macro da cidade para chegar às suas especificidades urbanas, o segundo autor centra-se numa perspectiva citadina digamos mais micro, para constatar grandes tendências e subtis normatividades da vida urbana em geral.

Concretamente, o primeiro artigo, de Francesco Indovina, *Cidade Difusa e Arquipélago Metropolitano*, afronta, desde logo, uma tese já por si abordada em diversos momentos anteriores (e publicitada, nomeadamente, em livros e capítulos

de livros). Essa tese parte, assim, da chamada “urbanização difusa” – neste caso, a propósito do debate sobre as cidades de “baixa densidade” – para então se questionar sobre o papel das cidades no referido quadro analítico. Procurando tipificar, em termos teóricos e operacionais, um tal contexto de reflexão, o autor constata, em todos os tipos listados, uma “necessidade de cidade”, através da qual se exprime “a dialéctica entre ‘indivíduo’ e ‘sociedade’ e que acabou por encontrar a sua máxima expressão na própria condição urbana”. Esta linha de reflexão, basilar para a sustentação da tese em causa, está presente ao longo de todo o texto, particularmente na sua primeira parte (de destacar que o artigo integra a Introdução e as Conclusões de um livro publicado pelo autor, em castelhano).

As conclusões do artigo, que em boa medida vão “para além da cidade de baixa densidade”, apoiam-se, então, num “policentrismo” urbano e em processos de “integração difusa”, num contexto mais amplo de metropolização do território e que o autor acaba por definir como “especialização territorialmente articulada”. Esta especialização, que continua sustentando a tese de partida, assume-se, agora, como enunciando uma concepção territorial de *arquipélago metropolitano*, em relação ao qual se deve posicionar quer o governo público, quer o próprio planeamento urbano. Trata-se, efectivamente, de um posicionamento estratégico, de concretização de diversos objectivos (equidade, densificação, controlo dos recursos, desenvolvimento local, etc.), mas cuja meta mais geral, no quadro do referido arquipélago metropolitano, é a de “afirmar uma condição urbana extensível a todo o território” em causa. Em tais condições, o conjunto das “ilhas” daquele arquipélago configura, realmente, o que pode ser designado por *uma cidade de cidades*.

O artigo seguinte, de José Machado Pais, *Um Dia Sou Turista Na Minha Própria Cidade. Sociedade, urbanismo e políticas culturais*, segue uma perspectiva analítica bem distinta da do texto anterior, tal como já havíamos destacado. O autor situa-se ao nível das vivências urbanas, do quotidiano da/cidade, procurando aliar “a sensibilidade sociológica e o questionamento teórico às observações espontâneas: contratemplos, mensagens de pacotes de açúcar, anúncios publicitários, expressões lin-

guísticas e comportamentais...”. Efectivamente, a metáfora dos “pacotes de açúcar”, desde logo a que contém a mensagem inicial que deu título ao texto em causa – “Um dia sou turista na minha própria cidade” – abre para outras metáforas e outras alegorias, sendo possível, assim, enunciar múltiplos “modos de a cidade se fazer e dizer”.

Sublinhando-se que a dimensão temporal da/na cidade tem estado mais ausente das reflexões urbanísticas do que a dimensão espacial, o autor desenvolve uma metodologia das isotopias (para a análise de conteúdo do material arrolado) – sendo assim possível dar conta de uma isotopia de evasão, de paixões adiadas, mas também de solidariedade, de compaixão, etc. – confrontando-se, deste modo, o mundo dos constrangimentos a uma postura em que “a cidade não pode ser apropriada se não for sonhada”. Esse mesmo posicionamento, que se abre a diversas reflexões sociológicas e urbanísticas, permite ao autor defender a hipótese da *dissenção* entre realidades múltiplas, concretamente: “o mundo dos constrangimentos reais; o mundo imaginário (dos desejos por realizar, incluindo os sonhos de consumo); e o mundo cifrado das políticas culturais” (que o levou a constatar a existência de uma nova língua: o *siglalês!*). Do ponto de vista da cidade, uma tal dissensão sem dúvida que põe em causa a qualidade e a própria vivência da urbanidade.

Os dois textos seguintes reportam-se a uma mesma problemática analítica, ainda que apresentando uma significativa complementaridade metodológica e empírica entre si: referimo-nos a esse processo político e cívico que está contido no enunciado do Orçamento Participativo. Justifica-se um enfoque privilegiado nas abordagens de um tal processo – o seu progressivo incremento, particularmente na Europa (e com uma expansão assinalável em Portugal), para além dos seus limites e contradições; mas também a efemeridade que corresponde ao facto desse processo estar fazendo, neste momento, vinte anos de implementação – constituem razões bastantes para o destaque aqui assinalado.

Nessa medida, o primeiro desses textos, de Luciano Fedozzi, *Orçamento Participativo de Porto Alegre. Génesis, avanços e limites de uma ideia que se globaliza*, constitui, emblematicamente, um regresso às origens do lançamento, em Porto Alegre, no Brasil, desse mesmo processo. No seguimento dessa contextualização, é apresentada a respectiva

orgânica e metodologia de funcionamento, bem como avanços e dilemas da participação, para terminar com uma avaliação crítica, ainda que sucinta, dos procedimentos gerados, das conflitualidades suscitadas e das próprias contradições sociais de um inovador instrumento político de acção urbana.

Tudo começou, realmente, em Porto Alegre, nos idos de 1989, numa conjuntura política muito particular, em que se conjugaram diversos factores, em especial o surgimento, ao longo dos anos 80, de “novos actores e movimentos sociais e de novas práticas político-culturais”. É num tal quadro politicamente dinâmico, com a emergência de diversas experimentações sociais de radical alcance – como foi o surgimento, também em Porto Alegre, anos mais tarde, do Fórum Social Mundial – que se irá desenvolver e implementar o Orçamento Participativo, essa forma de “co-gestão”, como vários autores o designam. Como se disse, a metodologia operacional, os procedimentos técnicos, mas também as contradições políticas e sociais deste processo, sobretudo no período mais recente, estão claramente ilustrados neste artigo. No final, o autor admite que o Orçamento Participativo se encontra numa “encruzilhada”, nomeadamente na superação da “difícil dialéctica da participação”.

O artigo seguinte, de Nelson Dias e Giovanni Allegretti, *Orçamentos Participativos em Portugal. Em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional?*, constitui uma abordagem sobre o Orçamento Participativo de algum modo complementar à do artigo anterior. Com efeito, o espaço de reflexão agora é assumidamente europeu, com um amplo destaque em relação ao caso português (apoiado, basicamente, num inquérito de âmbito nacional, no quadro de um projecto da União Europeia). É certo que os autores não se furtam, logo no início do artigo, a uma discussão conceptual e política sobre esse enunciado do Orçamento Participativo e, neste campo, também aqui o artigo complementa, agora a um nível mais instrumental, as reflexões presentes no texto anterior.

Estamos, pois, perante o que os autores consideram tratar-se de um “novo experimentalismo democrático”, que, apesar de tudo, como vimos, já está perfazendo vinte anos, mas cujo carácter experimental também deve ser tido em conta em função das situações muito diferentes que têm vindo a adoptar tais procedimentos. Mas mais, trata-se,

efectivamente, de uma realidade recente no nosso país, pelo que “importa compreender as formas de inserção do Orçamento Participativo no contexto político-administrativo local, os modelos de participação que incorpora, o desenho institucional que adquire, assim como os recortes organizacionais em que se enquadra”. No final, os autores avançam alguns elementos de carácter comparativo, “mas os limites são visíveis quando comparamos as práticas nacionais com as que estão em curso em outros países europeus”, sinal de que, ao fim e ao cabo, têm razão quando constatarem, logo no início do texto, “o débil desenvolvimento da cidadania portuguesa”.

O último artigo aqui publicado, de Marco António da Silva Mello, Filipe Berocan Veiga, Patrícia Brandão Couto e Mirian Alves de Souza, *Os Ciganos de Catumbi. De “Andadores do Rei” e Comerciantes Escravos a Oficiais de Justiça na Cidade do Rio de Janeiro*, insere-se numa problemática muito específica, de resto retomando outras abordagens do mesmo quadro analítico, já publicadas em anteriores números da revista *Cidades* (tais abordagens reportam-se a uma Área de Investigação em curso no Centro de Estudos Territoriais). Essa área problemática joga, predominantemente, com diversas perspectivas disciplinares – da antropologia à história, mas também com um enfoque particular na abordagem sociológica. Por outro lado, a dimensão territorial nas referidas abordagens não deixa de ser relevante, não propriamente pela sua suposta “ausência”, mas sobretudo pelo seu relacionamento muito peculiar com essa dimensão espacial.

No presente caso, trata-se de uma abordagem histórica de inserção socioespacial dos ciganos, que rompe com as tendências dominantes das pesquisas que privilegiam um enfoque no lado mais “negro” da história. Valoriza-se, assim, uma forma específica de interacção positiva com a sociedade maioritária, em que aqueles actores, não sendo apenas vítimas da história, passam também a ser os seus construtores. Enfatiza-se, deste modo, os mecanismos subjacentes às representações positivas dos não ciganos sobre os oficiais de justiça ciganos. Em última análise, é ainda o papel da memória, na reconstrução dos processos de hospitalidade e de coexistência positiva, que aqui aparece enfatizado.

A segunda secção deste número inclui dois Ensaios. Antes de mais, o texto de Jaime Salvadinho, *Montes Altos. Um lugar reinventado por uma liderança eficaz e uma comunidade interventiva*. Poder-se-ia dizer que o título sintetiza muito bem o conteúdo do ensaio. Trata-se de um relato de uma investigação de dominante sobretudo etnográfica, sobre uma experiência (aparentemente de sucesso) de desenvolvimento local numa aldeia do Alentejo (concelho de Mértola). Centrado na criação de um Centro Social – e, em particular, na sua liderança, a que é dado um destaque muito particular ao longo do texto – relata-se, assim, aquele processo de dinamização social e cultural, em que foram visíveis resultados assinaláveis. De acordo com as palavras do autor, trata-se de um caso emblemático, envolvendo “um extenso leque de respostas sociais, tendo como base a auto-organização da sociedade civil”.

O outro ensaio, de Vítor Matias Ferreira, *Cidades, Territórios e Desenvolvimento Sustentável. Fundamentação e programa de um curso de pós-graduação*, tem sobretudo um carácter predominantemente didáctico, em domínios problemáticos muito articulados com os objectivos desta revista. Deste modo, o texto enuncia uma estrutura programática, em torno das três áreas temáticas que titulam a referida formação pós-graduada, sendo, contudo, antecedida por um ensaio, precisamente, de fundamentação teórica e operacional do mencionado programa – ensaio esse que justifica, julga-se, a sua inserção nesta revista. Constituiu uma experiência de ensino (no Brasil), no quadro de uma formação intensiva de um curso de pós-graduação.

Este número de *Cidades* termina com a secção de *Notícias* e com um conjunto de *Informações Bibliográficas*. De registar que, em relação a estas últimas, apresentamos uma lista bibliográfica (não propriamente exaustiva) sobre as experiências e os processos de Orçamento Participativo – organizada por Nelson Dias e Giovanni Allegretti – e que constitui, sem dúvida, um auxiliar bibliográfico importante, complementar aos textos (e às respectivas referências bibliográficas) aqui publicados, sobre essa problemática política e cívica.

Vítor Matias Ferreira